



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

A “excepcionalidade nórdica”:
uma forma de imposição de “*standard* de civilização”?

Mônica Oliveira Teixeira de Freitas

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Relações
Internacionais

Orientadora: Professora Doutora Vânia Carvalho Pinto

“One of the most absurd notions ever taken over from eighteenth-century enlightenment is that in the beginning of society woman was the slave of man. Among all savages and all barbarians of the lower and middle stages, and to a certain extent the upper stage also, the position of women is not only free, but honorable”. Friedrich Engels, 1884.

Brasília

2015

RESUMO

Com a globalização, o mundo passou a acompanhar uma inédita internacionalização das fronteiras, com a diminuição da importância de territórios geograficamente definidos e a propagação de valores multiculturais. O fenômeno, que vem favorecendo para que as políticas domésticas sejam cada vez mais uma forma de política externa, também propiciou o resurgimento dos novos padrões de civilização. Por outro lado, os países nórdicos alcançam posições de destaque em índices internacionais, especialmente os ligados ao atingimento de patamares de desenvolvimento humano. No entanto, ao reafirmar os valores morais, até que ponto esses países não estão, em última análise, se colocando, no cenário internacional, em posição de destaque, com “algo único” a oferecer ao mundo? Considerando um cenário onde o uso de ferramentas de *soft power* são os principais meios que os Estados tem de ampliar suas formas de poder, esse artigo pretende discutir até que ponto esta necessidade de propagação dos valores sociais nórdicos — como os Direitos Humanos, com especial destaque à questão da igualdade de gênero — não está contaminada como um novo *Standard of Civilization*.

Palavras-chave: Standard of Civilization, igualdade de gênero, nórdicos

ABSTRACT

With globalization, the world went on to accompany an unprecedented internationalization of borders, with the reduction in importance of geographically defined territories, and the spread of multicultural values. The phenomenon, which has been favoring domestic policies increasingly as a form of foreign policy, also allowed the resurgence of new standards of civilization. On the other hand, the Nordic countries reach positions of prominence in international indexes, especially those linked to the achievement of human development levels. However, to reaffirm moral values, to what extent these countries are not, ultimately, putting themselves in the international arena, in a prominent position, with “something unique” to offer to the world? Considering the scenario where the use of soft power tools are the primary means that States have to broaden their forms of power, this article intends to discuss to what extent this spill’s requirement to the Nordic social values — such as human rights, with special regard to the gender equality issue — is not defiled with a new Standard of Civilization.

Keywords: Standard of Civilization, gender equality, nordic

INTRODUÇÃO

Um fluxo crescente e constante de pessoas, ideias, capitais e informações, em especial após a segunda metade do século XX, modificou o modo como os países se inter-relacionam. Embora as Relações Internacionais se desenvolvam em um cenário anárquico por essência, elas estão cada vez mais entrelaçadas em um contexto de interdependência que desafia conceitos tradicionais como a soberania. A descoberta de armamento com altíssimo poder de destruição durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria foram os principais marcos que propulsaram uma nova forma de interação entre os Estados: a coerção e o uso da força passaram a ser a última alternativa, dando maior espaço à diplomacia, às relações comerciais e à universalização das tomadas de decisão.

O mundo passou a acompanhar uma inédita internacionalização das fronteiras, com a diminuição da importância de territórios geograficamente definidos e a propagação de valores multiculturais. A integração crescente — não só de Estados e governos, mas principalmente de ideias — está levando a uma convergência sem igual entre o regional e o supranacional. A globalização vem colocando em cheque as formas tradicionais de tomada de decisão. E, assim, as políticas domésticas são cada vez mais uma forma de política externa, da mesma forma que não há como falar em processo decisório local sem pensar no global.

Por isso, Einhorn e Logue (2004), analisando a realidade nórdica¹ nesse contexto, argumentam que, por um lado, as políticas domésticas desses países vêm se tornando extremamente “porosas” aos eventos regionais e globais, pois são formadas dentro de uma conjuntura de constrangimentos externos. Nas palavras dos autores:

“Since the end of the Cold War, the renewed dynamism of European integration has blurred the distinction between domestic and foreign policy. What has developed is an overlapping web of policies and policy makers. The reality is not the neat blocks of organizational charts, but dynamic interaction between national and international, private and public bureaucracies, interests, and transactions”
(EINHORN e LOGUE, 2004:531).

¹ Para Ole Wæver, o termo “nórdico”, advindo do Conselho Nórdico, seria mais adequado para falar do grupo composto por Islândia, Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca, uma vez que a Escandinávia tende a excluir esses dois últimos, enquanto a expressão “europeus do Norte” englobaria parte da Alemanha, Polônia, Rússia e Escócia (1992:78). No entanto, para efeitos deste trabalho, os três termos são considerados equivalentes.

As definições de uma política externa são parte de um processo de formação da identidade de um país, que, se por um lado o diferencia frente aos demais, por outro, também o pode aproximar de seus pares devido a semelhantes formas de ver e interagir com o mundo. Especialmente no que se refere aos Direitos Humanos, e, mais especificamente, aos direitos das mulheres, o que vem saltando aos olhos é que a maneira como um país lida com essas questões no meio interno reflete-se em seu posicionamento global.

No caso dos Estados nórdicos, sua bem-sucedida política social-democrata expressa no estado de bem-estar social (*welfare state*) consolidou-se como exemplo em termos de como são geridas as políticas de trabalho e de licenças de maternidade e paternidade. Em especial no caso da Suécia, as diretrizes estatais que englobam todas as políticas estão fundamentadas na noção da democracia e da igualdade, incluindo aí a igualdade de gênero, declaradamente um dos objetivos almejados por esse país. Seus esforços são reconhecidos em diversos indicadores globais que tentam medir o avanço do progresso social.

Aliada a esse sucesso, está a missão autoimposta pelos países do Norte em ajudar o restante do mundo a se desenvolver aos patamares em que eles chegaram.

Considerando um cenário onde o uso de ferramentas de *soft power* são os principais meios que os Estados tem de ampliar suas formas de poder, o que esse trabalho pretende discutir é até que ponto esta necessidade de propagação dos valores sociais nórdicos — como os Direitos Humanos, com especial destaque à questão da igualdade de gênero — não está contaminada como um novo *Standard of Civilization*?

O NOVO ‘STANDARD OF CIVILIZATION’

A literatura recente retomou a discussão acerca do *Global Standard of Civilization* e tem se interessado em analisar como a propagação de alguns valores declarados universais, como os Direitos Humanos (incluindo os direitos das mulheres), a sociedade de mercado e a democracia liberal, repousa sobre uma nova forma de “padrão de civilização”.

Pela definição de Gerrit W. Gong (2002:79), *Standard of Civilization* é a expressão, carregada de presunções tácitas e explícitas, usada para distinguir aqueles

que pertencem a uma determinada sociedade dos que dela não fazem parte. O termo, bastante difundido no século XIX para diferenciar práticas, valores e normas comungadas pelas nações europeias colonizadoras frente aos povos considerados bárbaros ou selvagens e, portanto, passíveis de colonização. Caiu em desuso após a Segunda Guerra Mundial, pois carregava, em parte, uma taxonomia racista embasada em teorias científicas que reforçavam a superioridade europeia (BUZAN, 2014: 578), insustentável frente ao comportamento bárbaro dos Estados ocidentais entre si.

Ao final do século XX, a expressão retornou ao foco, desta feita como objeto de análise de diversos estudos afetos à Política e às Relações Internacionais. Para diversos autores, como Donnally (1998:1) e Mozaffari (2001:251), esse reavivamento das discussões encontra origem no fenômeno da globalização, o qual traz a realidade do enfraquecimento da soberania dos Estados e a formação de um mundo integrado, caracterizado pela partilha de normas comuns. Endossando esse entendimento, Robert W. Cox (2002:1, 7) postula que a globalização trouxe uma ideia de homogeneização inevitável, tanto em termos econômicos como das práticas culturais, à medida que Estados deixam de se importar com os limites das fronteiras geográficas e passam a se ver ligados por comunidades agrupadas em virtude de sua similaridade de pensamentos. Desse modo, para que haja a coexistência pacífica, se faz imperiosa a prevalência de uma ética global que estabeleça padrões de normas, valores e comportamentos nas relações interestatais, bem como entre os Estados e seus cidadãos, pois que não é mais aceitável que um país se valha de sua soberania para violar os direitos universais de seus nacionais.

Essa ética, complementa Mozaffari (2001:252-254, 257, 262), se concretiza na forma de um padrão definido pelos Estados dominantes (atualmente, o padrão democrático ocidental), que é traduzido em diversos mecanismos de *hard* e *soft power*, como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. As normas internacionais são utilizadas para ditar o que significa ser civilizado, e assim delimitam e direcionam as condutas dos Estados. Mas, não só as leis — o direito normativo — fazem parte desse arcabouço. Como definiram Finnemore & Sikkink (1998: 891, 894), normas englobam o padrão de comportamento apropriado esperado de atores que comungam de determinada identidade, de forma que, além de modular e regular esse comportamento, elas normalmente limitam as possibilidades de

escolha e constroem ações. Ainda segundo as autoras, há três principais motivos que levam os Estados a adotarem determinadas normas: pressões externas para conformidade/ submissão,² desejo para legitimação internacional³ e o desejo dos líderes de Estado de aumentarem sua autoestima⁴ (FINNEMORE e SIKKINK, 1998: 895). Nesse sentido, para demonstrar que estão adaptados ao ambiente social, ou seja, no afã de se sentirem parte da comunidade internacional e de serem reconhecidos como civilizados, diversos países aderem voluntariamente às normas que englobam os “valores universais”: é o *Standard of Civilization* sendo usado como uma forma mais sutil de *soft power* (GONG, 2002:81).

Na medida em que os valores europeus são internalizados,⁵ isto é, passam a ser amplamente aceitos, celebrados e mencionados como universais, surge uma dinâmica de subestimação da representatividade das demais culturas, automaticamente excluídas dos padrões civilizacionais. O correto, ou melhor, o novo *Standard of Civilization* engloba valores europeus capitalistas de liberdade, democracia e desenvolvimento, enquanto os outros, incivilizados, devem ser ajudados a conquistar esses patamares superiores.

Importante ressaltar que há entendimentos acadêmicos, como o posicionamento de Reus-Smit (2011:234-235), que veem a construção do regime internacional dos Direitos Humanos como uma demanda vindo da periferia — isto é, dos mais novos Estados independentes no período pós-colonial — para o centro, representado pelos poderes do Ocidente. Tal demanda, defende o autor, foi de extrema importância nas negociações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, ainda que em diferentes perspectivas, favoreceu o expansionismo do sistema internacional em três ondas, a saber: o Acordo de Vestefália; a Independência da América Espanhola; e a Descolonização pós-1945. No entanto, o próprio autor reconhece que há entendimentos contrários a seu ponto de vista, os quais ou veem a demanda pela universalização dos direitos e representatividade

² As quais são implementadas por meios diplomáticos ou pelo uso da força, por outros Estados ou por organizações internacionais.

³ A ausência de legitimidade de um Estado traz diversos custos políticos que podem prejudicar suas interações no âmbito internacional.

⁴ Em especial no âmbito dos Direitos Humanos, muitos líderes aderem às normas e valores internacionais também buscando sua legitimidade interna.

⁵ Ainda de acordo com Finnemore & Sikkink, normas internalizadas podem ser extremamente poderosas, pois são tão comumente aceitas e aderidas de forma tão automática que quase nunca levantam questionamentos. Além disso, a partir do momento em que são internalizadas, retiram do ator a sua possibilidade de escolha (1998, p. , 904, 913).

política como consequência da expansão do sistema internacional, e não como causa, ou simplesmente a resumem a interesses materiais.

No século XIX, o termo “civilização” era utilizado em contraposição aos termos “selvagem” ou “bárbaros” e compreendido como “*one advanced final stage of a continuous spectrum of political, intellectual, moral, and technological development*” (TOWNS, 2014:598). Atualmente, ainda representa uma característica progressista de um povo considerado avançado e moderno, em contraste com os valores propagados por culturas tidas como atrasadas. Como define Gong (2002: 93), há de fato um elemento hierárquico de julgamento — ainda que tácito — entre o mais moderno (logo, mais civilizado) e o menos moderno (menos civilizado).

Para Buzan (2014:585), embora despida parcialmente de sua conotação racista anterior, a essência dos padrões de civilização baseada na superioridade do Ocidente ainda persiste:

“It is often still about membership, though now more commonly in terms of ‘conditionality’, and membership of specific clubs and organisations. Since all are now inside international society generally, the ‘standard of civilisation’ game is now played mainly between inner (still mainly Western) and outer circles, about who is allowed to join which clubs. International society may have become universal, but in the process it has become both more layered and more regionally differentiated. It still contains status hierarchies mainly defined in terms of Western standards of modernity”

Sobre a modernidade, apesar de parecer um conceito universal, ela foi concebida em contraposição aos padrões não ocidentais e subdesenvolvidos. Gong (2002:80) compara o processo de modernização com o que, dentro da perspectiva histórica, se costumava chamar de “processo de civilização”, pois ser moderno hoje equivale ao que antes se dizia “civilizado”. Exemplo desse contexto é a forma como a problemática da mulher vem sendo tratada na sociedade chinesa: a defesa pelo avanço dos direitos femininos tem sido comumente ligada à moderna civilização ocidental, representada muitas das vezes pelos EUA, enquanto fonte e ápice do novo pensamento progressista. A ampliação da igualdade de gênero naquele país oriental está sendo defendida como fator imperioso para que se acompanhe a modernidade ocidentalizada. Contudo, nesse prisma, muitos valores que já eram tradicionais de sociedades não-ocidentais, como o exemplo das Filipinas, país que possui destaque

especial em fatores que explicitam a igualdade de gênero, são olvidados (TOWNS, 2014:603-604).

Até mesmo porque a igualdade de gênero não é um valor restrito às sociedades consideradas desenvolvidas. Mesmo sob as métricas usuais, as quais em si mesmas são carregadas dos vieses ocidentais, ao lado do citado país asiático, Nicarágua e Ruanda estão dentre os dez Estados onde há menor desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, segundo os dados do *Global Gender Gap* de 2014.⁶ Ao ofuscar o bom desempenho dos países não dominantes e silenciar a opressão feminina do ocidente desenvolvido, o *status* da mulher enquanto um *Standard of Civilization* é reforçado (TOWNS, 2014:611).

Mas nem sempre as questões de gênero foram abordadas sob a mesma perspectiva. Ao longo do tempo, observou-se uma movimentação dentro do próprio conceito. De acordo com as evidências históricas trazidas por Towns (2009: 688), até meados do século XIX, a participação social e política das mulheres era recorrente em países europeus, como Inglaterra e Suécia. As decisões não se centravam na questão do gênero, até mesmo porque o modelo predominante acreditava que o ser humano possuía apenas um sexo, sendo a identidade feminina uma variante inferior de uma mesma anatomia, ou seja, a mulher era um homem de menor estirpe. Apenas com a instalação do Estado Moderno, entre os séculos XVIII e XIX, é que se viu a exclusão da mulher do cenário público, sob pretexto de elevá-la e protegê-la do violento ambiente no qual eram tomadas as decisões políticas. Os Estados europeus começaram a se ver como pertencentes a uma sociedade civilizada, regulada não mais pela força, mas pelo Direito Internacional. E, assim, consideravam como menos avançadas nações que não adotavam as mesmas ideologias, tais como a proteção da mulher, e permitiam a sua participação na esfera pública (TOWNS, 2014:599).

Foi somente no século XX que o *status* da mulher começou novamente a povoar as discussões nas sociedades ditas avançadas. No entanto, desta feita, o novo padrão de civilização apontava para o sufrágio universal e para a igualdade de gênero. O desenvolvimento de determinadas nações passou a ser representado, também, pelo avanço dos direitos das mulheres, sendo, por outro lado, a opressão feminina uma forma de medir o grau de selvageria de um determinado Estado. O

⁶ O *Global Gender Gap Index* é uma publicação do *World Economic Forum* realizada desde 2006. No ano de 2014, foram analisados os dados referentes a 142 países (GAP 2015).

resultado positivo desse contexto, levantado por Towns (2014:604), refere-se ao fato de a questão de gênero, ao povoar a discussão em diversos fóruns, ter trazido maior visibilidade para o tema. Contudo, deu margem para que o assunto fosse considerado esgotado no âmbito dos países civilizados. Talvez aí resida a causa de, até os dias atuais, os países considerados mais avançados na questão de gênero não terem atingido a igualdade plena entre homens e mulheres, apesar de propagar tal valor como sinônimo de uma civilização moderna e avançada. Em alguns parâmetros, como a participação econômica e empoderamento político, os países nórdicos, reconhecidos como defensores dos Direitos Humanos e das mulheres, estão atrás de muitos países considerados em desenvolvimento, como demonstra dados extraídos do *Global Gender Gap Index* de 2014:

Tabela 1 – Indicadores Desfavoráveis

Participação na força de trabalho		Igualdade salarial		Relação mulheres/homens e posições de comando (*)	
País	Rank	País	Rank	País	Rank
Malawi	1	Burundi	1	Jamaica	1
Moçambique	2	Mongólia	2	Colômbia	2
Ruanda	3	Qatar	3	Lesoto	3
Burundi	4	Tailândia	4	Fiji	4
Laos	5	Malásia	5	Filipinas	5
Islândia	10	Noruega	8	Islândia	22
Finlândia	11	Finlândia	16	Suécia	44
Suécia	13	Islândia	19	Noruega	58
Noruega	14	Dinamarca	38	Finlândia	68
Dinamarca	20	Suécia	71	Dinamarca	72

(*) em cargos legislativos, de alto executivos ou gerenciais

Outro indicador que demonstra o entendimento acima é a proporção homens e mulheres em sua representatividade política. Segundo dados da *Inter-Parliamentary Union – IPU*, em janeiro de 2016, dentre os dez países onde há maior percentual de representantes femininas na Câmara ou no Senado, apenas a Suécia, em quinto lugar, e a Finlândia, em décimo, fazem parte dos países considerados mais ricos (IPU, 2016):

Tabela 2 – Representação Política Feminina

WORLD CLASSIFICATION									
Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	9 2013	80	51	63.8%	9 2011	26	10	38.5%
2	Bolivia	10 2014	130	69	53.1%	10 2014	36	17	47.2%
3	Cuba	2 2013	612	299	48.9%	---	---	---	---
4	Seychelles	9 2011	32	14	43.8%	---	---	---	---
5	Sweden	9 2014	349	152	43.6%	---	---	---	---
6	Senegal	7 2012	150	64	42.7%	---	---	---	---
7	Mexico	6 2015	498	211	42.4%	7 2012	128	43	33.6%
8	South Africa ¹	5 2014	400	168	42.0%	5 2014	54	19	35.2%
9	Ecuador	2 2013	137	57	41.6%	---	---	---	---
10	Finland	4 2015	200	83	41.5%	---	---	---	---
11	Iceland	4 2013	63	26	41.3%	---	---	---	---
"	Namibia	11 2014	104	43	41.3%	12 2015	42	10	23.8%
"	Nicaragua	11 2011	92	38	41.3%	---	---	---	---
14	Spain	12 2015	350	140	40.0%	12 2015	265	104	39.2%
15	Mozambique	10 2014	250	99	39.6%	---	---	---	---
"	Norway	9 2013	169	67	39.6%	---	---	---	---
17	Andorra	3 2015	28	11	39.3%	---	---	---	---
"	Belgium	5 2014	150	59	39.3%	7 2014	60	30	50.0%
19	Ethiopia	5 2015	547	212	38.8%	10 2015	153	49	32.0%
20	Timor-Leste	7 2012	65	25	38.5%	---	---	---	---
21	Denmark	6 2015	179	67	37.4%	---	---	---	---

O breve histórico acima corrobora com o entendimento de que o *status* da mulher varia culturalmente e ao longo do tempo, não podendo necessariamente ser considerado como um marcador do grau de adiantamento de uma civilização. Como defende Svensson (2005: 23), a igualdade de gênero não deve ser considerada valor universal, mas relativizada frente a cada um dos contextos locais.

Indo ainda mais à frente nessa discussão, Towns (2014: 606, 610) acrescenta que, ao invés de “igualdade de gênero”, o termo menos controverso para se referir ao *status* feminino enquanto valor da sociedade ocidental é “empoderamento da mulher”, vez que o discurso contemporâneo sobre as mulheres está sendo articulado com o termo civilizações no plural, significando um conglomerado de valores culturais, fundamentalmente distintos.

Apesar disso, em alguns momentos da história contemporânea foi possível verificar como os padrões ocidentais considerados avançados e amplamente aceitos foram utilizados para promover a legitimação do uso da força. Com a questão de gênero não foi diferente, conforme lembra Towns (2009: 682):

“The political empowerment of women has thus become understood as closely tied to so-called ‘Western civilization’. Indeed, few indicators seem more effective in signaling the civilizational standing of a state than the situation of women. In the process of legitimating the 2001 invasion of Afghanistan, for instance, Laura Bush pointed to the plight of Afghan women as evidence of the ‘barbarism’ of Taliban rule”.

Ainda sob esse prisma, Syed e Ali (2011, *apud* Towns (2014:609) argumentam que o feminismo ocidental é uma nova forma de imperialismo cultural,

ou melhor, de colonização e civilização dos povos não-brancos da Ásia, África e América, tidos por incivilizados.

Diante disso, até que ponto o empoderamento político da mulher está sendo de fato discutido em profundidade, ou apenas utilizado como forma de propagar um novo *Standard of Civilization*? A problemática é de extrema relevância, pois, como bem postulou Ann Towns (2014:612):

“Few things are more difficult than shifting the terms of comprehension provided by predominant discourse. And yet this is precisely what needs to be done in order to release feminisms from the detrimental effects of the status of women being used as a standard of civilisation”.

O EXCEPCIONALISMO NÓRDICO

Para que melhor se possa compreender a questão de gênero na Suécia, torna-se necessário tecer o pano de fundo sobre o qual os valores basilares daquela sociedade foram forjados. A Escandinávia construiu sua identidade sob os pilares do progresso social, da modernidade e de sua diferenciação positiva frente aos demais Estados. Também a democracia é um dos valores fundamentais daquelas sociedades, em especial da Suécia. Como esclarece Trägårdh (2002:142), a formação da cultura política daquele país se deu de forma diferenciada do que ocorreu nas demais democracias do mundo ocidental, onde o liberalismo teve suas raízes no movimento da burguesia contra o Estado absolutista. Na Escandinávia, onde o feudalismo não esteve tão presente, o *welfare state* foi moldado sobre as bases da aliança do povo camponês com a monarquia, contra os privilégios da pequena nobreza. O processo democrático fundamentou-se mais nos princípios de igualdade que de liberdade: *“Far from generalising noble or bourgeois privilege, the organising principle was that of levelling, of eliminating rather than extending privileges and special rights”* (TRÄGÅRDH, 2002:142). Por isso, também, argumenta a autora, que em tais países não existe a noção de Estado separada de sociedade. Em sueco, por exemplo, o termo utilizado para se referir ao *welfare state* não é a tradução literal *välfärdsstaten*, mas sim *välfärdssamhället*, que significaria algo como *the welfare society*, isto é, a sociedade do bem-estar (2002:159).

Importante considerar, sobre o excepcionalismo nórdico, que não se trata apenas de um traço cultural, um modelo ou uma identidade, mas sim de uma marca estratégica, projetada pelos estados nórdicos de modo a diferenciá-los no sistema

internacional. Tal *brand* envolve, principalmente, o comportamento diferenciado dos escandinavos em três principais eixos, segundo Christopher S. Browning (2007): na construção da paz; na solidariedade internacional; e na busca por uma sociedade igualitária. O autor argumenta que a construção dessa marca se deu de forma deliberada pelos países nórdicos, que, nem sempre, dividiram a mesma narrativa identitária (2007:30). No entanto, a partir de políticas com diretrizes comuns, que enfatizavam o excepcionalismo nórdico nos contextos apontados, conseguiram “vender” às suas audiências interna e externa os valores diferenciados de um modelo político-econômico no qual o bem-estar social é a prioridade.

Tal marca como é vista hoje começou a ser desenhada no pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países do norte da Europa, ao invés de se aliarem a um dos lados do mundo bipolar, optaram por manter uma neutralidade, capaz de auxiliar nas tratativas e negociações entre os dois polos, representados pelo regime democrático do ocidente (EUA) e o comunismo russo. Tal postura, reconhecida como exitosa pela Comunidade Internacional, foi ampliada logo mais na relação Norte-Sul. Os países nórdicos sempre se mostraram atuantes no apoio ao Terceiro Mundo, em especial no âmbito da Organização das Nações Unidas. Desde cooperações técnicas e econômicas, passando pelo apoio aos movimentos de independência e libertação, até políticas de empoderamento de nações menos favorecidas frente às grandes potências coloniais, a Escandinávia demonstrou empenho no auxílio à construção de um canal de diálogo baseado em princípios igualitários entre o Norte desenvolvido e o Sul, ainda travando suas batalhas internas para chegar ao desenvolvimento (BROWNING, 2007:14-15).

Pode-se observar aí uma característica importante que a marca nórdica carrega: a missão de ajudar o mundo a se desenvolver e chegar aos padrões de crescimento social e econômico a que os países nórdicos chegaram. Por identificarem em si mesmos um especial talento racional e em engenharia – incluído aí a capacidade de engenharia social — os países da região, em especial a Suécia, se atribuíram o objetivo de serem, para o mundo, o modelo do ideal de modernidade e desenvolvimento econômico e tecnológico (TRÄGÅRDH, 2002:151).

Essa autoimagem não existe no vazio; está alicerçada no fato de que os países nórdicos alcançam posições de destaque em índices internacionais. Por exemplo, em

termos de humanitarismo, que é uma componente importante da chamada excepcionalidade nórdica, os países, com exceção da Islândia, pertencem ao grupo dos primeiros a atingirem a meta mundial de ajuda externa no patamar mínimo de 0,7% do Produto Nacional Bruto — PNB, estabelecida pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos anos de 1970. Importante notar que, desde então, vem conseguindo manter o percentual de ajuda acima desse patamar. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE,⁷ em 2014, dos cinco países que conseguiram cumprir a meta, três são nórdicos, com especial destaque para a Suécia, que supera em quase 60% o mínimo estabelecido. Desde 2006, esse país se comprometeu a manter a ajuda externa oficial para o desenvolvimento em pelo menos 1% do seu PNB, o que representou o equivalente a US\$ 5,24 bilhões em 2012⁸ (OECD, THE DEVELOPMENT ASSISTENCE COMMITTEE, 2016).

Se comparados aos demais países que compõem o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento – DAC/OCDE, o total de desembolso da Escandinávia em ajuda externa contabilizado pela Organização no ano de 2014 é expressivo, dadas as devidas proporções. Segundo informações do Banco Mundial, em 2014, todos os países que compõem a OCDE tiveram um Produto Nacional Bruto equivalente aos US\$ 49,3 trilhões atuais, sendo que o PNB dos cinco nórdicos representa apenas 2,5% desse total, com cerca de US\$ 1,2 trilhões.⁹ Já a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento – ODA de todos os membros OCDE para o mesmo período somou US\$ 137,2 bilhões, tendo os países escandinavos contribuído com 11,6% desse total, o equivalente ao montante de quase US\$ 16 bilhões (OCDE 2016).

No Índice de Desenvolvimento Humano – IDH medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, os europeus do norte figuram entre os 25 melhores colocados, dos 187 analisados em 2013/14, considerando suas realizações atingidas nos quatro aspectos tidos cruciais: expectativa de vida, média

⁷ A OCDE foi criada na década de 1960 e herdou a tarefa de administrar o Plano Marshall, para a reconstrução dos países no pós-Segunda Guerra Mundial. É composta de 34 países atualmente, e tem como missão “*to promote policies that will improve the economic and social well-being of people around the world*” (OCDE 2016).

⁸ Segundo dados do governo da Suécia, o montante doado nos dois anos seguintes foi similar, chegando a US\$ 5,6 bilhões em 2014. Dados de 2015 ainda não estão computados em sua totalidade (Open Aid 2016).

⁹ Disponível em:

databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&country=SWE&series=&period=#. Acesso em: 14/02/2016. Como os totais da Islândia para 2014 não estavam disponíveis, foi considerado o valor do ano anterior.

de anos de escolaridade efetiva, anos de escolaridade esperados¹⁰ e rendimento nacional bruto *per capita*. Quatro deles estão dentre os 15 países com IDH considerados pela publicação como “muito elevado”.

Tabela 3 – Países com IDH Considerado Muito Elevado

		IDH	Expectativa de vida ao nascer	Média anos/ escolaridade	Anos/ escolaridade esperados	RNB <i>per capita</i>
		Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)
		2013	2013	2012	2012	2013
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO						
1	Noruega	0,944	81,5	12,6	17,6	63.909
2	Austrália	0,933	82,5	12,8	19,9	41524
3	Suíça	0,917	82,6	12,2	15,7	53.762
4	Países Baixos	0,915	81,0	11,9	17,9	42.397
5	EUA	0,914	78,9	12,9	16,5	52.308
10	Dinamarca	0,900	79,4	12,1	16,9	42.880
12	Suécia	0,898	81,8	11,7	15,8	43.201
13	Islândia	0,895	82,1	10,4	18,7	35.116
24	Finlândia	0,879	80,5	10,3	17,0	37.366

Dados extraídos do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 (PNUD, 2014).

Outra estatística que reforça excepcionalismo escandinavo é o Índice de Progresso Social,¹¹ no qual os países também se destacam, estando, em 2015, entre os oito mais avançados, novamente com destaque para a Suécia, em segundo lugar.

Tabela 4 – Índice de Progresso Social

Países	Índice de Prog...	Necessidades H...	Fundamentos de...	Oportunidades	● Índice de Progresso Social
Noruega	88.36	94.80	88.46	81.82	<p>● Necessidades Humanas Básicas</p> <p>● Fundamentos de Bem-Estar</p> <p>● Oportunidades</p> <p>Adicione aspecto para comparar</p> <p>Agrupado por país</p> <p>Agrupado por região</p> <p>Mostrar Pontuações</p>
Suécia	88.06	94.83	86.43	82.93	
Suíça	87.97	95.66	86.50	81.75	
Islândia	87.62	95.00	86.11	81.73	
Nova Zelândia	87.08	92.87	82.77	85.61	
Canadá	86.89	94.89	79.22	86.58	
Finlândia	86.75	95.05	82.58	82.63	
Dinamarca	86.63	96.03	82.63	81.23	
Holanda	86.50	94.80	83.81	80.88	
Austrália	86.42	93.73	79.98	85.55	

¹⁰ Conforme esclarecimentos do próprio Relatório, a “média de anos de escolaridade” refere-se ao tempo escolar efetivamente recebido por uma pessoa de mais de 25 anos; enquanto que a “média de escolaridade esperada” são os anos de educação que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber ao longo da vida.

¹¹ O índice é medido pela organização não-governamental e sem fins lucrativos *Social Progress Imperative*, situada nos Estados Unidos. Engloba 52 indicadores, tanto sociais quanto ambientais, os quais tentam capturar as chamadas “três dimensões do progresso humano: Necessidades Básicas Humanas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidade” (Social Progress Imperative, 2015).

Nem sempre, no entanto, tais valores propagados condizem com a realidade interna. Como primeiro exemplo pode-se citar o caso dos compromissos realizados em âmbito externo no campo dos Direitos Humanos. Enquanto toda a Escandinávia destaca-se pela ampla ratificação dos acordos e tratados internacionais nessa área, historicamente demonstra dificuldade em internalizá-los em seu arcabouço legal.¹²

Ainda nesse espectro, Langford e Schaffer (2014:23) chamam a atenção para o fato de que, apesar de liderarem os *rankings* internacionais que medem a concretização dos Direitos Humanos, várias práticas e políticas internas adotadas pelos países nórdicos ao longo dos anos podem ser consideradas como forma de abusos, especialmente frente a minorias, como imigrantes e não-nacionais.

Analisando os dados do PNUD, chama atenção o fato de que as percepções de bem-estar dos cidadãos desses países também são as mais elevadas dentre todos os pesquisados, perdendo apenas para Áustria, Suíça e Luxemburgo no percentual de pessoas que se disseram satisfeitas com seu nível de vida atual (“com todas as coisas que pode comprar ou fazer”). E no índice de satisfação global com a vida, o grupo dos cinco nórdicos só não supera a Suíça, demonstrando um contentamento geral da população escandinava. No entanto, é importante ressaltar que as pesquisas quantitativas não são capazes de demonstrar, em sua maior parte, as desigualdades existentes na sociedade, tampouco a percepção de uma minoria.

Esse relativo sucesso, traduzido na marca da *Nordicity*, tinha como fundamento o primor pela autodiferenciação positiva, progressista, que — associada a uma fórmula de engenharia social de sucesso — era entendida como podendo ser exportada e copiada mundo afora (MOURITZEN, 1995:12). Com o fim da Guerra Fria, passou a ter sua continuidade questionada, pois, como postula Wæver (1992), parte de sua identidade que se definia frente à dicotomia comunismo *vs.* capitalismo perdeu o sentido de existir. A função dos países nórdicos enquanto mediadores entre Leste e Oeste, que teve papel fundamental na criação da marca, passou a ser desnecessária com a conquista da paz mundial. Em termos econômicos, enquanto antes a Escandinávia orgulhava-se em ser uma terceira via que trazia o de melhor dos dois modelos existentes, com o fim do comunismo, sua posição se tornou

¹² De acordo com dados de Langford e Schaffer (2014, p. , 11), a exceção seria a Noruega, que incorporou a maioria das convenções do Direito Internacional espontaneamente. A Finlândia, em virtude de seu sistema legislativo, requer um consentimento do seu parlamento para formalizar qualquer acordo ou tratado, e, portanto, tem internalizados todos os tratados de que se tornou signatária. (LANGFORD e SCHAFFER, 2014, p. 19).

insustentável, pois para o *brand* não interessava estar associado a um regime fracassado (BROWNING, 2007: 42).

Na prática, o que vem se destacando é uma tentativa de readequação da *Nordicity* frente à integração de alguns países na União Europeia e aos efeitos da globalização. Um dos caminhos levantados por Ole Wæver (1992:84) é o que parece estar sendo tomado por esses países: ser europeu, mas ao mesmo tempo diferente, com um toque de “nordicidade”. Se, por um lado há uma tendência de europeização da Escandinávia, por outro, há uma forte tentativa de nordicização da União Europeia. É o que se verifica, por exemplo, no notável sucesso da pressão dos escandinavos para que a estrutura da UE passe a refletir parte de seus valores morais, como por exemplo, em um modelo mais transparente de gestão e no aumento da ajuda externa a países em desenvolvimento, o que conta positivamente para a sobrevivência do modelo nórdico.

A questão do excepcionalismo parece estar se tornando menos importante. O que se tem, permeando os três eixos que sustentaram inicialmente a formação dessa marca — a construção da paz, a solidariedade internacional e a busca por uma sociedade igualitária — são os valores morais compartilhados pelos países. E é justamente ao fortalecer e difundir tais valores que se mantém a marca da *Nordicity*. Por isso é que suas políticas públicas que tangem a moralidade, como é o caso da questão de gênero, podem ser percebidas como uma forma de política externa. Ao reafirmar os valores morais, os países nórdicos estão, em última análise, reafirmando o modelo nórdico e garantindo a sobrevivência da marca que os coloca, no cenário internacional, em posição de destaque, com algo único a oferecer ao mundo. Corroborando essa ideia, Langford e Schaffer (2014:5) ressaltam que o posicionamento desses países nos assuntos globais não se dá em função de seu tamanho pequeno e, portanto, da forma convencional de poder, mas sim em uma maneira peculiar de internacionalismo, que inclui fortes comprometimentos na ampliação dos Direitos Humanos no mundo.

Nesse sentido, a política externa dos países está baseada no dever moral de favorecer os direitos políticos e sociais não apenas de seus nacionais, mas estender esses benefícios para além de suas fronteiras, a todo cidadão: é o que Annika Bergman Rosamond denomina “*cosmopolitanism*” (ROSAMOND, 2013). É o caso

da declarada política externa feminista da Suécia, que será tratada com maiores detalhes na seção seguinte. Não se pode olvidar, contudo, que esse dever, em muitos aspectos, se assemelha a uma tentativa de impor uma padronização dos valores tidos como certos ou moralmente aceitos, isto é, uma forma de *Standard of Civilization*.

Embora a marca da *Nordicity* se fundamente em uma diferenciação positiva frente aos demais pares no âmbito internacional, a imagem refletida externamente não se verifica internamente na sua totalidade. Isto reforça a tese de que o conceito de superioridade nórdica é construído como uma ferramenta de política externa para afirmação dos países escandinavos dentro do cenário internacional.

SUÉCIA: SEU POSICIONAMENTO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E NA QUESTÃO DE GÊNERO

A Suécia foi o Estado a liderar a reinterpretação do paradigma escandinavo e defender o “bastião da nordicidade” após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Mouritzen (1995:11), em primeiro lugar por ser o maior país da região; e, como estava em uma melhor condição econômica que seus pares na década de 1960 — quando o novo modelo começou a ser forjado — pôde encampar as reformas sociais propostas pelo Partido Social-Democrata.¹³

Em diversos momentos o país assumiu o papel de liderança na Escandinávia — e até mesmo em relação aos demais países europeus. Na década de 1990, defende Towns (2002:162), a Suécia desenvolveu uma identidade intrinsecamente ligada à igualdade de gênero, valor esse que foi incorporado ao modelo de Estado com “obrigações morais na comunidade internacional”. Assim, defendia externamente sua posição de campeã e acreditava ter atingido o patamar máximo na defesa do espaço feminino dentro da política e da economia do país.

Tal identidade foi importante na discussão da adesão do país à União Europeia. Por um lado, a vertente contrária à UE acusava a Europa de ainda possuir frágeis instituições democráticas que estavam em contraposição ao forte Estado Social Sueco, onde a mulher havia avançado significativamente em sua independência em relação às opressivas instituições patriarcais. Assim,

¹³ O Partido Social-Democrata sueco, que ficou no poder durante 34 anos, teve papel fundamental na construção do excepcionalismo nórdico, vez que trouxe a autoconfiança necessária para que o Estado acreditasse na reforma social (MOURITZEN, 1995:12).

argumentavam que a integração da Suécia à União Europeia significava uma armadilha às mulheres e comparavam a Europa a bordeis, onde havia enorme desrespeito aos direitos femininos. Já parte do Partido Social-Democrata favorável à adesão argumentava que, ao ingressar na UE, a Suécia teria a oportunidade contribuir para o adiantamento das políticas europeias em diversos aspectos, como no fortalecimento da igualdade de gênero (TRÄGÅRDH, 2002).

Os esforços empreendidos para se atingir tais patamares renderam frutos. Como consequência, se verificou um posicionamento de vanguarda em defesa e empoderamento da mulher, ainda que relativo a todos os seus pares na região, os quais também estão em situação mais avançada, segundo dados do relatório do Fórum Econômico Mundial¹⁴ de 2014, o qual coloca os países nórdicos no topo de sua lista, como os países com maior igualdade entre os gêneros:

Tabela 5 – Global Gender Gap Index

Global Top 10	
The Global Gender Gap Index	Global rank*
Iceland	1
Finland	2
Norway	3
Sweden	4
Denmark	5
Nicaragua	6
Rwanda	7
Ireland	8
Philippines	9
Belgium	10

Source: The Global Gender Gap Report 2014
Note: *2014 rank out of 142 countries

Historicamente, o *welfare state* dos países nórdicos privilegiou medidas que favoreceram a mulher enquanto trabalhadora e mãe de família. Nesse sentido, as mudanças propostas pelas políticas públicas, especialmente na Suécia, englobavam medidas de amparo aos idosos, doentes, deficientes e crianças, por meio de instituições estatais, como forma de desonerar a mulher e reintegrá-la ao mercado de

¹⁴ O Global Gender Gap Index é uma publicação do *World Economic Forum* realizada desde 2006 com seguinte objetivo: “To provide a framework for capturing the magnitude and scope of gender-based disparities around the world, by benchmarking national gender gaps on economic, political, education and health-based criteria”. No ano de 2014, foram analisados os dados referentes a 142 países (GAP 2015).

trabalho. Tais políticas, contudo, não foram implementadas sem críticas feministas. Birte Siim (1987) resume os diversos pontos de vista questionadores em três vertentes. A primeira delas, defendida por Helga Hernes (1982, *apud* Siim, 1987:263), diz respeito a uma forma de reprodução das desigualdades entre homens e mulheres, pois apenas transferiu a dependência da mulher, antes de seus pais e maridos, agora para o Estado. Outra convicção enfatiza que apenas uma dimensão foi percebida nesses programas: o do mercado de trabalho, reduzindo os interesses e necessidades das mulheres a aspectos econômicos das organizações de classe (SIIM, 1987:260). O entendimento atual tende a compreender que para além do aspecto do gênero, é importante abranger as demais variáveis (como cultura, raça, classe, orientação sexual, deficiências etc.) e ter como foco a assimetria de poder, ou seja, garantir que o acesso às oportunidades seja igual para todos (Bohler-Mulleri, 2002, *apud* Svensson, 2005:17).

Por fim, a autora alerta para necessidade de se avançar em medidas que gerem progressos significativos na ampliação da participação da mulher enquanto agente nos processos de decisão — inclusive da formulação das políticas públicas (1987:263), esse sim tido como o caminho mais completo para o combate à desigualdade. Aparentemente, o Estado se mostrou sensível a tais críticas, ao menos do que diz respeito a esses dois últimos aspectos, abrangidos no Plano de Ação da Política Externa da Suécia para o triênio 2015-2018, a ser detalhado mais à frente.

Apesar das críticas teóricas que apontam o longo caminho a ser percorrido pelo país, a Suécia é hoje considerada um dos Estados mais avançados na questão da igualdade de gênero. No *ranking* do *Global Gender Gap*, ela está em quarto lugar no rol de países onde há menor diferença entre homens e mulheres, com um índice de 0.8165, em uma escala onde 1 representa a total igualdade de gênero. Em 2006 e 2007, a Suécia figurava no topo da lista, com índices levemente inferiores aos atuais, de 0.8133 e 0.8146, o que significa um crescimento mínimo de 0,4%. Isso demonstra que, embora não tenha ficado estagnada, não conseguiu acompanhar o avanço significativo (entre 4% e 20,2%) percebido nos demais países analisados, conforme demonstra a Tabela 6, a seguir:

Tabela 6: Change in score, 2006-2014
The Global Gender Gap and its implications

Country	2006 score	2014 score	Absolute change in score (2006-2014)	Percentage change relative to 2006 score
Iceland	0,7813	0,8594	0,0782	10,0
Finland	0,7958	0,8453	0,0495	6,2
Norway	0,7994	0,8374	0,038	4,8
Sweden	0,8133	0,8165	0,0033	0,4
Denmark	0,7462	0,8025	0,0563	7,5
Nicaragua	0,6566	0,7894	0,1328	20,2
Rwanda*	-	0,7854	-	-
Ireland	0,7335	0,7850	0,0515	7,0
Philippines	0,7516	0,7814	0,0299	4,0
Belgium	0,7087	0,7809	0,0731	10,3

*New country in 2014

A QUESTÃO DE GÊNERO

Segundo Borchorst & Siim (2008:207), um Estado feminista é aquele onde as mulheres possuem — além da participação e representatividade política — a capacidade de influenciar as políticas de igualdade de gênero. O movimento feminista foi mais evidente nas décadas de 1970 e 1980, quando grupos organizados pressionaram governos e sociedade a adotarem medidas que favorecessem a integração da mulher aos espaços públicos. Nesse sentido, muitas medidas relacionadas aos cuidados da criança e do idoso foram pensadas e implementadas nos países nórdicos como uma forma de permitir que as mulheres, antes dedicadas exclusivamente ao cuidado da família, pudessem integrar o mercado de trabalho, passando a ser responsáveis pelo próprio ganha-pão. Esse modelo teria como objetivo universalizar o papel de provedor(a) do lar, levando para o Estado ou para o mercado os cuidados familiares. Mas tal política não foi implementada sem críticas. As autoras alertam que alguns estudiosos, como Pateman (1989) e Lister (2003), dentre outros, levantaram o questionamento se tais medidas não seriam uma reprodução pelo Estado dos modelos patriarcais existentes na sociedade.

Outra vertente, chamada de cuidador universal, baseada na ideia do papel parental compartilhado — tanto em termos de cuidados quanto no sentido provedor — e cujo objetivo é *“removing gendered segregation by making women’s life*

patterns the norm for both women and men”, passou a ter maior espaço nos modelos adotados na Suécia nos últimos anos (BORCHORST e SIIM, 2008:212).

Contudo, mesmo esse modelo — considerado um dos mais avançados para se diminuir a desigualdade de gênero — é limitado, pois é incapaz de considerar todos os aspectos que envolvem a questão, negligenciando dimensões importantes, como a cultural, de justiça social e cidadania (BORCHORST e SIIM, 2008:213).

A participação e representação feminina na esfera pública vivenciou um grande crescimento nos países da região nas últimas décadas. O Estado sueco reconhecidamente conseguiu avançar nas demandas por igualdade salarial e no combate à violência contra a mulher. Contudo, a falta de um movimento unificado e o aumento da diversidade entre as mulheres vem sendo apresentados como indicadores de que ainda há um longo caminho a se avançar em termos de representatividade e *accountability*. A falta de integração das imigrantes na política é um claro indicador de que a igualdade de gênero ainda não foi alcançada em sua totalidade. Há ainda um significativo *gap* entre o discurso institucional e as políticas implementadas, mesmo na Suécia, país considerado o representante mais bem-sucedido do estado feminista (BORCHORST e SIIM, 2008:210, 217, 218).

Dados trazidos por Towns, Karlsson & Eyre (2014: 241) evidenciam que, ao lado da Finlândia, a Suécia possui o mercado de trabalho mais segregado em termos de gênero na Europa ocidental e, conseqüentemente, uma diferença salarial de 13,9% (para menos) no caso das mulheres, se comparada aos homens. O cuidado parental e dos idosos ainda é prioritariamente feminino em 76% do total, levando a um cenário onde 30% das trabalhadoras possuem empregos de meio-período frente a 10% dos homens com o mesmo tipo de trabalho. Como resultado, as mulheres sofrem mais estresse crônico e doenças relacionadas, diminuindo ainda mais sua possibilidade de chegar aos cargos gerenciais das corporações, hoje chefiadas por mulheres em apenas 12% dos casos.

SOBRE A POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Suécia é hoje declaradamente focada na cooperação internacional e na resolução pacífica dos conflitos, e postula que o combate à pobreza, às formas de discriminação, às restrições de liberdade, às desigualdades

econômicas e de gênero, dentre outros, são questão de segurança nacional, sendo a ajuda externa e a cooperação para o desenvolvimento os meios efetivos que concretizam essa política. Assim, o Estado acredita que nenhum avanço significativo seria possível sem observar o pleno atendimento ao direito das mulheres. Enfim, para a Suécia, a igualdade de gênero é ao mesmo tempo meio e objetivo a ser alcançado com suas políticas externa e de segurança:

“Equality between women and men is a fundamental aim of Swedish foreign policy. Ensuring that women and girls can enjoy their fundamental human rights is both a duty within the framework of our international commitments, and a prerequisite for reaching Sweden’s broader foreign policy goals on peace, and security and sustainable development”. (**Government Offices of Sweden 2016**)

Por isso, em fevereiro de 2015, a Suécia foi o primeiro país do mundo a declarar sua política externa como feminista, e postulou um plano de ação para o triênio 2015-2018, com passos concretos para combater à discriminação de gênero, garantir a melhoria das condições sociais de meninas e mulheres, aumentar o empoderamento econômico feminino, bem como ampliar sua participação nos processos decisórios (seja em países pacíficos, em conflito, ou em situação de construção da paz) e de resolução de controvérsias.

O Plano, cujas abordagens se resumem aos chamados três “Rs” — *rights*, *representation* e *resources* —, detalha os mecanismos a serem implementados para se atingir o objetivo maior “*to ensure that women and men have the same power to shape society and their own lives*”. Ele aponta ações para o período nas seis áreas prioritárias definidas, a saber: atendimento ao pleno gozo dos Direitos Humanos; libertação da violência física, psicológica e sexual; favorecimento da participação feminina nos processos de paz; ampliação da presença da mulher enquanto influentes atrizes sociais; empoderamento econômico; e fortalecimento da saúde e dos direitos reprodutivos (*Ministry for Foreign Affairs – Government Offices of Sweden*).

Muitas das ações planejadas circulam no âmbito da influência e participação em elevados níveis políticos, tanto em âmbito interno quanto externo, seja nos conselhos Nórdico e da União Europeia (Estados considerados parceiros estratégicos para a implementação do Plano), seja no fórum das Nações Unidas, OCDE, Organização Mundial do Comércio, Cruz Vermelha ou Corte Internacional. Em termos práticos, destacam-se as seguintes ações: revisar todos os documentos

afetos ao Ministério das Relações Exteriores para que estejam alinhados às novas estratégias do país; permitir a maior participação de mulheres nos escritórios governamentais; promover o acesso das mulheres a recursos econômicos no âmbito dos fundos multilaterais para o desenvolvimento; fortalecer as redes de negócios femininas, imprimindo-lhes maior visibilidade; e fornecer treinamento a seu corpo técnico para as questões de gênero.

Dentre os principais avanços já alcançados, está a criação — ainda em fase inicial — de uma rede feminina de mediadoras, que busca incluir a mulher como parte ou líder nos esforços de negociação para superar as divergências no cenário internacional. Segundo dados do governo sueco, entre 1992 e 2011, apenas 2% dos líderes e 9% dos participantes nos processos de busca pela paz eram mulheres (*Government Offices of Sweden* 2016).

Outro ponto importante diz respeito à formulação de um plano de ação de financiamentos para a igualdade de gênero e o empoderamento feminino dentro do contexto da Agenda de Desenvolvimento. A ação está sendo conduzida em conjunto com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres;¹⁵ e a Rede do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento em Igualdade de Gênero – GENDERNET, da OCDE.

Ainda dentro do plano das realizações, ressaltam-se as expressivas alocações financeiras destacadas especialmente para projetos que englobem a questão de gênero. Em uma análise mais específica com dados da OCDE de 2012,¹⁶ considerando apenas as relações bilaterais, os cinco principais recebedores nesse espectro foram Afeganistão, Quênia, Zâmbia, Somália e Sudão do Sul. Desses, apenas o Quênia e a Zâmbia estão no rol do GGGI, em 37º e 119º, em 2014, com uma pontuação de 0.7258 e 0.6364, respectivamente; sendo que em 2012 tais países apareceram em 72º (0.6768) e 114º (0.6279) lugares.

Entretanto, pode-se observar que a questão de gênero não tem sido critério prioritário para recebimento da ajuda externa (bilateral). Considerando toda a soma envolvida e contabilizada pela OCDE, entre 2010 e 2011, outros países figuram no

¹⁵ Criada em julho de 2010, com o objetivo de apoiar os organismos intergovernamentais tanto na formulação quanto na implementação de políticas que favoreçam a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher.

¹⁶ Os dados oficiais da Suécia incluem, além da questão de gênero, esforços em governança, democracia e Direitos Humanos em geral, somando um total de US\$ 470 milhões de doações em 2012. Nesse sentido, os maiores recebedores dessa ajuda bilateral naquele ano, pelos dados oficiais, foram: Colômbia, Uganda, Afeganistão, Quênia e Camboja (*Open Aid* 2016).

rol dos cinco principais recebedores da Suécia: República Democrática do Congo, Tanzânia, Afeganistão, Moçambique e Sudão, nesta ordem.¹⁷ Desses, apenas Moçambique e Tanzânia figuram no rol de países mapeados pelo *Global Gender Gap Index*, estando, em 2014, em 27º e 47º lugares, respectivamente. Em 2010, Moçambique estava em 22º lugar, com uma pontuação de 0.7329, levemente inferior aos 0.7370 percebidos em 2014, aumento esse insuficiente para melhorar a sua posição no *ranking*. Já a Tanzânia teve um crescimento superior, saindo de 66º, com 0.6829, em 2010, para 47º lugar, com 0.7182, após 4 anos. Importante ressaltar que, dos valores alocados para ajuda externa a esses países, encontram-se recursos destinados a diversos propósitos ou sem destinação específica.

Ciente dessa grande incoerência, a Suécia declarou, em seu Plano de Ação, a necessidade de se garantir um processo de gestão das concessões financeiras cujas decisões levem em consideração a ênfase necessária às questões de gênero (*Ministry for Foreign Affairs – Government Offices of Sweden*).

Se a missão moral da Suécia enquanto fomentadora do desenvolvimento sustentável global está ou não se efetivando, não se pode dizer. Os dados acima não mostram o retrato do todo, e seria de certa forma ingenuidade afirmar que a melhora observada em tais países se deveu exclusivamente à ajuda recebida. Contudo, o que se verifica é que ela está disposta a se afirmar como líder mundial nos debates relativos à questão de gênero. Os objetivos por trás desse posicionamento, bem como a coerência entre o seu discurso e a prática observada devem, no entanto, ser discutidos com maior profundidade.

Embora todos os resultados práticos sejam importantes instrumentos de suporte para o empoderamento da mulher, o que chama atenção é o fato de que a Suécia se autoproclama advogada da igualdade de gênero e dos Direitos Humanos no mundo — o que Rosamond chama de *gender cosmopolitanism* (2013:321). Os maiores esforços detalhados no Plano de Ação para o triênio 2015-18 referem-se a como a Suécia irá “pressionar”, “cobrar” ou “trabalhar para garantir” que os demais atores do cenário internacional considerem em suas abordagens a questão de gênero.

¹⁷ Segundo dados do Open Aid, em 2010 a Suécia alocou um montante total de US\$ 1,4 bilhões em ajuda bilateral, sendo que os principais recebedores de sua lista foram: Tanzânia, Afeganistão, Moçambique, República Democrática do Congo e Palestina, nessa ordem. Já em 2011, os mesmos países do rol da OCDE lideraram a relação declarada pela Suécia, só que em posições diferentes. Dos US\$ 1,9 bilhões alocados, a República Democrática do Congo ficou com a maior parte, seguida por Tanzânia, Afeganistão, Moçambique e Palestina (*Open Aid* 2016).

Muitas das ações prioritárias nas quais a Suécia declara que irá “cooperar” ou “contribuir”, ou seja, nas quais se posiciona como agente, dizem respeito a ações que considera imprescindíveis de serem adotadas por outros Estados. Tudo isso somente reforça seu sentimento de superioridade frente aos seus pares, abrindo espaço para um novo *Standard of Civilization*, afinal, como lembra Towns, “*the practice of foreign policy entails identity-forming processes that help differentiate states from one another*” (2002:158).

DISCURSO PRAGMÁTICO OU APENAS RETÓRICA?

A formação da sociedade sueca com base em valores igualitários muito está ligada ao discurso proclamado. No entanto, há quem critique que o posicionamento oficial do país tem se limitado, em muitas ocasiões, em apenas retórica. Sofia Svensson (2005:13) entende que Política Global para o Desenvolvimento, proclamada em 2003, ao contrário do que quer parecer, fundamenta-se em conceitos ocidentais de desenvolvimento já superados, que não levam em consideração as nuances pós-coloniais que abrangem a multiculturalidade necessária. Assim, conclui que o fato de a mesma se autodeclarar inovadora e pioneira é:

“a rhetorical technique to give the impression that the government is taking resolute action in a field of politics causing a lot of debate. The government might also be eager to maintain the reputation of Sweden to be in a leading role in development contexts and a Swedish self-image of a successful nation with plenty of solidarity for people in other parts of the world”.

Ao se posicionar enquanto país desenvolvido e solidário aos sofrimentos daqueles que não conseguiram atingir os mesmos patamares de avanços sociais, a Suécia define o papel do outro, em posição inferior dentro da hierarquia cultural, na qual são observadas três classificações de países, em ordem crescente do moderno e correto: a Suécia, os demais países desenvolvidos e os outros. E isso influencia verdadeiramente no modo como o país lida com os não-nacionais residentes em seu território e que não compartilham do mesmo *background* cultural.

O Comitê de Assistência para o Desenvolvimento – DAC, da OCDE, no último relatório “*OECD Development Co-operation Peer Review – Sweden 2013*”

(2013) apontou negativamente a falta de indicadores que monitoram o atingimento da estratégia de *Policy Coherence for Development* – PCD¹⁸ pela Suécia.

A falta de transparência e *compliance* com a estratégia de PCD são alvos recorrentes de críticas da sociedade civil, bem como das organizações não governamentais, aliadas a uma corrente acadêmica. A publicação Barometer 2012¹⁹, elaborada por 13 organizações do braço sueco da Confederação Europeia das Organizações Não-Governamentais para o Alívio e o Desenvolvimento – CONCORD,²⁰ traz uma visão crítica sobre a falta de coerência entre a política doméstica da Suécia e sua declarada *Policy for Global Development* – PGD, vigente desde 2003, na qual o Parlamento daquele Estado, em um movimento de vanguarda, se comprometeu a adotar uma abordagem única capaz de contribuir efetivamente com um plano de desenvolvimento global a longo prazo. Consiste na diretriz que deveria ser considerada por todas as ramificações do governo sueco para o atingimento de um objetivo final, qual seja: o desenvolvimento igualitário e sustentável de todos os seus pares no cenário internacional.

O relatório aponta as divergências observadas entre a declarada PGD e as políticas de fato adotadas pelo país, em cinco grandes áreas: segurança e armamento militar; fuga de capital; imigração; política de mercado; e clima.

Em sendo a Suécia o maior exportador de armas por cidadão do mundo, estando atrás, em termos absolutos, apenas de EUA, Rússia e China, nessa ordem, certamente a área da segurança é um ponto sensível daquele país. Dados do relatório da Confederação trazem uma intrigante perspectiva: “*In Africa, armed conflicts cost the continent more than 280 billion US\$ between 1990 and 2005, which is almost as much as the sum of total aid during the same period*” (CONCORD, 2012).

Embora o regulamento sueco institua que cada autorização para exportação de armamentos deve levar em conta a situação do país receptor no que se refere ao respeito aos Direitos Humanos, bem como o fato de que os equipamentos exportados não devem ser utilizados para violar esses Direitos, na prática, o que ocorre é

¹⁸ A Suécia foi o primeiro país da OCDE e se engajar nessa estratégia, conhecida como PCD (*Policy Coherence for Development*), a qual engloba três grandes aspectos: declarações políticas, mecanismos de coordenação e sistemas de informação. Feito atingido por pouquíssimos Estados participantes daquela organização (OECD, THE DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE, 2016).

¹⁹ Publicação cujo objetivo é de “*check the pressure on Sweden's policy for global development*” (CONCORD, 2012).

²⁰ A Confederação é composta por 28 associações nacionais, 20 redes internacionais e três membros associados que representam cerca de 2.600 de ONGs da Europa (CONCORD Europe 2016).

diferente. Exemplo claro é observado no Oriente Médio e norte da África, região abrangida pela chamada “Primavera Árabe”. Enquanto por um lado o governo da Suécia aprovou, ao longo dos anos 2000, a exportação de equipamentos militares para metade dos 20 países envolvidos na revolução, os quais sofrem grande déficit democrático, por outro, em 2012 introduziu várias linhas de ajuda externa direcionadas para o fortalecimento da liberdade e da democracia na mesma região. Segundo dados do relatório, **56%** dos países importadores das armas suecas em 2011 eram Estados não democráticos, sendo que os quatro principais recebedores naquele ano foram Tailândia, Arábia Saudita, Índia e Paquistão (CONCORD, 2012).

O posicionamento fático da Suécia nesse aspecto fere não apenas sua Política Global para o Desenvolvimento. Mais ainda, corrói os valores morais defendidos pelo bastião da *Nordicity* (a busca pela construção da paz e por uma sociedade igualitária, e a solidariedade internacional) e reforça o uso do discurso como uma forma de *Standard of Civilization*.

Embora a Suécia seja um dos líderes na questão de gênero, ainda não se pode dizer que conseguiu vencer todas as adversidades para a igualdade, tanto no campo do discurso institucional como em alguns desafios pragmáticos. O histórico do *Global Gender Gap Index* reflete isso, pois demonstra que o avanço desse país nos últimos 8 anos medidos (2006-2014) foi de inexpressivos 0,4%, número igual ao alcançado por países considerados “em desenvolvimento”, como El Salvador, Uganda e República Tcheca, sendo que os demais países da região cresceram entre 4,8% e 10%, ultrapassando-a no *ranking*²¹ (GAP 2015).

Outro fato que contradiz o discurso sueco é a forma diferenciada com a qual os Direitos Humanos parecem ser interpretados para os nacionais e para os imigrantes, com outra bagagem cultural, que residem no território da Suécia. Ao relacionar democracia com desenvolvimento e desenvolvimento com igualdade de gênero, o país coloca as mulheres estrangeiras²² em situação de opressão, necessitando de serem resgatadas de sua herança cultural.

²¹ A exceção é a Dinamarca, que, apesar de ter apresentado crescimento de 7,5% de seu índice, ainda está uma posição atrás da Suécia, com *score* de 0.8025 frente aos 0.8165 obtidos pelo outro país (GAP 2015).

²² Dados da agência para assuntos de imigração da Organização das Nações Unidas – UN Migration (2016), o total de mulheres imigrantes em território sueco equivaleria, em 2013, a quase 800.000, ou seja, cerca de 9% do total da população.

No caso das imigrantes, para gozarem dos mesmos direitos das suecas, devem deixar de lado suas referências e adotar os corretos, desenvolvidos e modernos valores ocidentais. Caso contrário, o Estado não se sente no direito de intervir. Como, por exemplo, o uso do *niqab* ou de burcas, visto como problemático pelos mais nacionalistas por não contribuir para uma convivência harmônica entre nacionais e imigrantes (TOWNS, KARLSSON e EYRE, 2014: 244).

Isso leva ao entendimento da necessidade de repensar os próprios Direitos Humanos como um todo. Tal conceito, formulado essencialmente por homens chefes de família e, portanto, sob a ótica masculina, parece negligenciar situações que acontecem no âmbito privado. Sob o pretexto de se respeitar o que acontece na esfera doméstica, muitas mulheres tem os seus direitos desrespeitados e se vem forçadas a abandonar toda a sua herança cultural para usufruírem da proteção do Estado.

Outra abordagem, como traz Birte Siim (1987:265,268), aponta que o *welfare state* dos países nórdicos ainda é patriarcal, embora em uma nova roupagem, uma vez que as mulheres ainda não participam integralmente dos processos decisórios nem no cenário administrativo, tampouco político, os quais estão impregnados por valores machistas, na medida em que são utilizados para servir aos interesses de seus governantes, predominantemente homens. Esta é uma barreira estrutural e cultural a ser transposta para o verdadeiro empoderamento da mulher. Além disso, enquanto as políticas buscarem o modelo masculino como sendo o padrão, a igualdade de gênero jamais poderá ser atingida (SVENSSON, 2005:26).

A abertura da Escandinávia para a globalização significou mudanças impactantes em aspectos-chave, como a imigração. A partir da década de 1980, um grande número de refugiados e exilados procurou abrigo sob a guarda dos países nórdicos, em busca de seu avançado padrão de vida, tanto em termos econômicos quanto políticos. Vindos do Leste Europeu, que ainda lidava com o comunismo e sua escassez, e também da América Latina, onde as ditaduras militares perseguiram a liberdade de seus cidadãos, o grande contingente de imigrantes mudou a cara da população, até então extremamente homogênea. Conforme dados trazidos por Einhorn e Logue (2004:512), na Suécia, onde as leis de naturalização são bem liberais, no ano 2000 o percentual da população composta de não-nativos era de

10%.²³ Em 20 anos, houve uma mudança significativa que impacta na maneira como as pessoas e os Estados lidam com o diferente.

Embora haja um discurso em prol da liberdade, ainda é possível notar certa dificuldade de absorver e se posicionar frente ao multiculturalismo trazido pela chegada desses imigrantes e pelo processo de globalização. Uma prova disso é que, concomitante ao crescimento de imigrantes, se verificou, nos países nórdicos, um aumento da representatividade dos partidos políticos nacionalistas anti-imigração. É o caso do Partido Populista de Direita Radical (PPDR), também conhecido como Democratas, o qual tem suas raízes no movimento nazista (TOWNS, KARLSSON e EYRE, 2014: 237). Do lado social, se viu também um aumento da intolerância, hostilidade e do preconceito, recíproco entre nativos e imigrantes, mais visível na comunidade islâmica, onde os valores culturais frente ao casamento e papel da mulher na sociedade são bem distintos dos propagados na Escandinávia.

De toda forma, a Suécia foi o primeiro e maior país acolhedor de imigrantes entre seus pares, e é considerada exemplo bem-sucedido em suas políticas de integração da comunidade estrangeira e de combate à discriminação, ponderando a premissa de que a fonte para o sucesso está na engenharia social. Nas palavras de Mouritzen (1995:12):

“Even the transformation of a homogeneous people to a multi-ethnic nation was not seen as particularly adventurous: any problems that might arise were to be solved using scientific instruments. Hostility or reluctance to immigrants was defined as ignorance, to be cured through education. Thus today's Swedes have been 'educated' to friendliness to foreigners”.

No entanto, embora pareça ser uma favorável via política, ainda não conseguiu refletir nos problemas sociais. As tentativas de educar a população levantaram reações contrárias da minoria “incivilizada”, e diversos relatos de separações e desentendimentos entre nativos e imigrantes — os *svartskallar* (pessoas com cabelos pretos) — passaram a povoar as páginas dos jornais.

Diante das discrepâncias apresentadas, questiona-se o quanto de tudo isso é apenas uma postura retórica, uma ferramenta de *soft power* utilizada pela imposição de uma nova forma de *Standard of Civilization*, ou se de fato há um verdadeiro

²³ Segundo informações da agência intergovernamental para assuntos de imigração, a International Organization for Migration – IOM, em 2015, 16,8% da população da Suécia era formada por imigrantes, o que representa mais de 1,5 milhões de pessoas (IOM 2016).

comprometimento do Estado sueco em promover, interna e externamente, a total igualdade de gênero.

CONCLUSÕES

Toda civilização — que é uma visão de mundo contextualizada por uma formação histórica, com seu sistema social, político e econômico — possui um padrão aceitável de comportamento. Quando há a prevalência de uma civilização, há a imposição de determinados padrões sobre as demais, seja utilizando-se do *soft power*, por meio de sanções econômicas, por exemplo; ou do *hard power*, como o caso dos jihadistas frente aos não-muçumanos. Com a globalização, verificou-se um estreitamento das diversas visões de mundo, devido em grande parte à propagação de determinados “valores universais”. Contudo, no que tange à formação histórica, a mudança não ocorreu na mesma velocidade. Apesar da difusão do capitalismo, segundo dados obtidos²⁴, em 2001 menos da metade (apenas 40%) da população mundial estava sob a tutela de Estados considerados livres, nos quais uma ampla gama de direitos políticos era respeitada.

A progressiva substituição do *hard* pelo *soft power*, da coerção pela atração, do uso da força pela imposição de valores, é a realidade do mundo globalizado. De fato, a integração da sociedade global não ocorreu na totalidade desejada, fazendo imperioso aos dominantes Estados do Ocidente, para manter sua parcela na balança de poder, continuar impondo uma homogeneização, ao reforçar os “valores universais” como *Standard of Civilization*.

Interessante observar que, como qualquer posicionamento político, a definição de normas e condutas no cenário internacional se faz sob a influência de interesses em termos de poder e, por muitas vezes, essa definição, ao tempo em que delimita os espaços políticos nessa arena, determina a forma como os Estados perseguem seus objetivos materiais. O novo *Standard of Civilization*, em especial no que se refere aos Direitos Humanos, passou a ser uma ferramenta importante de poder ao ser utilizado como forma de impor constrangimentos e até mesmo questionar a soberania e a legitimidade de alguns países e governantes, como nos casos recentes da Síria, Afeganistão e Iraque.

²⁴ Mozaffari (MOZAFFARI, 2002:27).

A imposição de determinados valores culturais, por si só, já denota uma hierarquização que favorece apenas um dos lados da equação, promovendo, assim, uma relação de superioridade entre os que estão em conformidade com os padrões estabelecidos (*insiders*) e os que precisam evoluir para atingir tal patamar (*outsiders*). No entanto a mobilidade entre os grupos não é tão simples como parece à primeira vista. Isso porque os padrões estão em constante evolução: há determinadas práticas, como o trabalho escravo, que hoje são sujeitas à recriminação, e elevado custo político, e que há pouco tempo eram consideradas aceitáveis ou até mesmo tidas como padrão. Assim, há países que estão sempre no estágio pré-civilizado, ou seja, se aproximando dos padrões de civilização, que parecem mudar de forma imprevisível, sendo essa dinâmica um fator de grande empecilho para a inclusão no cenário internacional.

Há certo entendimento teórico, comungado por autores como Buzan (2014:580) e Gong (2002:94), que o *Standard of Civilization* não deve desaparecer, pois é fruto de uma necessidade do cenário anárquico internacional. O mundo, cada vez mais interligado e interdependente, necessita de um elemento de coesão e um denominador comum a unir as diversas culturas em prol de um objetivo maior, que desconheça barreiras geográficas e de soberania. Aliada a isso, está a perspectiva construtivista a qual entende que a ordem e estabilidade da estrutura internacional são determinadas pelo compartilhamento de ideias, expectativas e crenças sobre a conduta apropriada de seus integrantes (FINNEMORE e SIKKINK, 1998:894).

Contudo, ao tempo em que tais elementos podem incluir, também podem ser utilizados como meio de discriminação, ao criar uma hierarquia entre o centro — moderno e civilizado, defensor dos Direitos Humanos, democrático e capitalista (Ocidente) — e a periferia, atrasada e incivilizada, que pode ter sua soberania e autodeterminação violadas em nome da defesa dos direitos “universais”. Em contraposição à corrente realista, a lógica racionalista trazida por Buzan (2014: 584) acredita ser improvável que os “civilizados” aproveitem da notável diferença em desenvolvimento para conquistar ou explorar os “bárbaros”; pelo contrário, vislumbra que os Estados mais “avançados” passem a assumir a obrigação

paternalista de auxiliar no desenvolvimento das nações mais atrasadas, a exemplo dos programas de ajuda externa para o desenvolvimento.²⁵

Essa é a vertente que parece seguir a Escandinávia. Contudo, tal posicionamento está intimamente relacionado ao bastião nórdico, cuja essência funda-se no sentimento de superioridade — ou seja, o ser nórdico como sinônimo de um ser humano moralmente mais elevado, melhor que os outros, inclusive que o europeu, mesmo fazendo parte da União Europeia. Essa identidade foi em muitos momentos exaltada explicitamente, de forma particular em comunicações oficiais, como o discurso do Primeiro Ministro conservador sueco, Carl Bildt, de 1992: “*Back in the 1960s, I remember some leading Social Democrats saying that we represented a superior form of society*”.

Tal noção de superioridade traz aspectos positivos, pois norteia as ações extremamente positivas em auxílio dos seus pares no cenário internacional, seja através da ajuda externa para o desenvolvimento, ou na presença política direcionada por valores democráticos e de igualdade. Contudo, por outro lado, internaliza a necessidade de blindar a identidade nórdica de fatores externos considerados negativos, o que pode ser extremamente nocivo ao se considerar o contexto globalizado no qual são forjadas as relações atualmente.

Um exemplo é o que a Suécia vem enfrentando em relação à reafirmação de sua identidade. Paradoxalmente, os esforços empregados pelo país para se distinguir dos demais Estados enquanto país mais sensível à questão de gênero refletem-se, na prática, no contraste evidente das relações cotidianas concernentes aos homens nacionais e não-nacionais que residem em seu território. E essa desigualdade é observada tanto de suecos para com imigrantes quanto ao contrário, fruto, em parte, da situação de marginalidade em que se encontram muitos dos estrangeiros, bom como da noção de superioridade que foi impregnada na sociedade sueca. O homem sueco, nacional, passou a ser sinônimo do padrão superior no respeito à igualdade de gênero, no qual devem se inspirar os estrangeiros, considerados ainda de forma inferiorizada, pois que estão fora do padrão.

²⁵ Apesar dos inúmeros aspectos positivos dos programas para o desenvolvimento, não se pode olvidar o grande risco que pode advir dessa relação paternalista: a legitimação dessa relação de poder (BUZAN, 2014:591), que pode resultar em uma eterna dependência dos Estados mais vulneráveis.

O mesmo processo de formação da identidade nacional que distingue a Suécia e a destaca em termos globais também cria divisões dentro do próprio Estado: é o paradoxo da desigualdade postulado por Ann Towns (2002). Ser sueco passou a significar ser *gender equal*, característica que não faz parte da cultura dos residentes não-nacionais. Essa diferenciação positiva foi amplamente defendida pela mídia, em especial nos anos 1990, como parte da campanha do Estado para integrar a União Europeia. Assim, construiu-se a imagem de que a cultura sueca era necessária para as mulheres europeias.

O principal problema que esse viés pode trazer ao Estado Sueco é restringir as desigualdades de gênero a um problema que advém da natural multiculturalidade de um país com grande número de imigrantes. Nesse sentido, o comportamento “incivilizado” dos residentes com diferentes culturas passam a não mais ser vistos como um problema da sociedade sueca, mas como um desajuste das condutas estrangeiras. O foco passa para o comportamento do outro, vez que na ideia de liderança feminina da Suécia não há espaço para condutas que vão de encontro à realidade forjada pelo discurso do país mais favorável às mulheres. Deixa-se, dessa forma, à sombra os direitos dos grupos mais vulneráveis, os quais não se moldam aos comportamentos desejados pelo o estado do bem-estar social.

Assim, a questão da desigualdade de gênero passa a ser vista não como um problema social e política, pois que a posiciona como choque cultural, ou migratório, cuja solução está em imprimir o padrão de comportamentos ocidentais, corretos.

Essa impressão é compartilhada pelo Danish People’s Party, considerado o terceiro maior partido da região, o qual entende que a igualdade de gênero já foi atingida pela maior parte da população escandinava. Os fatos isolados de desigualdade restringem-se à minoria imigrante e, portanto, está relacionado à relutância das famílias estrangeiras em se adaptarem aos valores nórdicos. Também o Partido Populista de Direita Radical entende que as práticas de abuso e violência sexual não são relacionadas à violação dos Direitos Humanos, mas sim uma forma de hostilidade para com os suecos [*svenskfiendlighet*], resultante da imigração — a única fonte dos problemas afetos às mulheres.

Esse contexto, cujos exemplos práticos se veem atualmente na Suécia, tem suas raízes no bastião da *Nordicity*, onde reside o perigo do mito nórdico: as imensas

contradições internas acabariam por distanciar o discurso da prática, os valores morais defendidos da realidade. São esses os efeitos negativos da *Nordicity*. Ao se sentirem superior ao resto do mundo, especialmente em termos morais e de desenvolvimento, os países escandinavos acreditam que a sua realidade pode ser exportada a todos os seus pares em um processo de padronização dos comportamentos igualitários, numa forma de imposição do novo *Standard of Civilization*. Além disso, ao se acreditarem superiores, sentem a necessidade de preservar os seus valores de qualquer influência externa negativa e, ao mesmo tempo, tentar imprimi-los na política global.

Um passo inicial para se repensar na abordagem das políticas públicas feministas é a premissa de que todas as mulheres possuem interesses comuns. A reformulação deve levar em consideração as dimensões multiculturais que permeiam a nova realidade socioeconômica, na qual a globalização — e todas as suas implicações, tais como a imigração — possui significativa influência, bem como garantir o reconhecimento e o respeito às diversidades culturais existentes. Nem todas as mulheres possuem os mesmos interesses e prioridades, sofrem dos mesmos tipos de violência e desigualdade de oportunidades ou estão dispostas a abrir mão de suas heranças culturais para se terem seus direitos respeitados.

Por fim, outro importante aspecto a ser considerado quando se trata a igualdade de gênero como um padrão de civilização é em que medida as discussões sobre o tema passam a ser inibidas dentro do círculo dos *insiders*. A partir do momento em que são estabelecidos padrões e que se passa a fazer parte do rol dos Estados “civilizados”, isto é, mais igualitários na questão de gênero, é gerada uma estagnação. Os dados do GGGI já trazidos podem ser indicativos dessa perspectiva. Consequentemente, é possível se pensar em dois ensejadores desse comportamento. Em primeiro lugar, tem-se que, ao se atingir os patamares mais elevados, não haveria mais como ou porque avançar. E, em segundo, a simples constatação da situação do outro, incivilizado, em piores condições, geraria um conformismo com a própria situação. Assim, diante de tais premissas, questiona-se como ficaria a legitimidade de seus cidadãos de lutarem por melhores condições, ou, até mesmo, de cobrarem a efetividade do discurso. Aliado à retórica, o maior risco de todo esse cenário é o comodismo.

Considerando o contexto analisado repleto de dicotomias e de um discurso concretizado de superioridade, é de se concluir que a questão de gênero na Suécia vem sendo tratado como um *Standard of Civilization*, esse considerado por Buzan o melhor termo para se expor a hipocrisia inerente ao processo do universalismo normativo (2014:593). No entanto, as cobranças da sociedade, interna e externamente, parecem estar exercendo pressão suficiente para ensejar uma reflexão, sinalizada por pequenas mudanças. Mas há ainda um longo caminho para que a diversidade seja verdadeiramente abraçada, passo imprescindível para que se atinja o amplo respeito aos Direitos Humanos, e, conseqüentemente, à igualdade de gênero.

Bibliografia

ANGELIS, Martin de. **Rethinking the Standard(s) of Civilization(s) in International Relations**. 2013. World Public Forum. Disponível em: <wpfdc.org/blog/society/18916-rethinking-the-standard-s-of-civilization-s-in-international-relations>. Acesso em: 16 Jul. 2015.

BORCHORST, A.; SIIM, B. Woman-friendly policies and state feminism - Theorizing Scandinavian gender equality. **Feminist Theory**, v. 9, n.2, p. 207-224, 1 ago. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1464700108090411>.

BROWNING, C. S. Branding Nordiccity: Models, Identity and the Decline of Exceptionalism. **Cooperation and Conflict**, v. 42, n. 1, p. 27-51, 1 mar. 2007. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0010836707073475>.

BUZAN, B. The 'Standard of Civilisation' as an English School Concept. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 42, n. 3, p. 576-594, 1 jun. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0305829814528265>.

CONCORD Europe, 2016. Disponível em: <www.concordeurope.org/about-us>. Acesso em: 08 fev. 2016.>.

CONCORD, Sweden. **Barometer 2012: Civil Society Organisations Check the Pressure on Sweden's Policy for Global Development**. 2012. Editado por Peter Sörbom e Annelie Andersson. Disponível em: <www.concord.se/wp-content/uploads/PGD-Barometer-2012.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016.

COX, R. W. Civilizations and the twenty-first century: some theoretical considerations. In: MOZAFFARI, Mehdi. **Globalization and civilizations**. Londres: Routledge, 2002. Cap.1. p. 1-23.

DONNELLY, Jack. Human Rights: A New Standard of Civilization? **International Affairs**, v. 74, n. 1, Jan 1998. p. 1-23. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2624663>. Acesso em: 26 set. 2015.

EINHORN, Eric. S.; LOGUE, John. Can the Scandinavian Model Adapt to Globalization? **Scandinavian Studies**, Illinois, v. 76, n. 4, p. 501-534, maio 2004. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40920538>. Acesso em: 26 set. 2015.

FINNEMORE, Martha.; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organization**, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 887-917, Autumn, 1998. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2601361>. Acesso em 08 mar. 2016.

GAP Portal, 2015. Disponível em: <www.gaportal.org/global-indicators/global-gender-gap-index>. Acesso em: 01 dez. 2015.

GONG, G. W. Standards of civilization today. In: MOZAFFARI, Mehdi. **Globalization and civilizations**. Londres: Routledge, 2002. Cap. 4. p. 77-96.

GOVERNMENT Offices of Sweden. Disponível em: <www.government.se/government-policy/feminist-foreign-policy/>. Acesso em: 24 jan. 2016.

INTERNATIONAL Organization for Migration - IOM. Disponível em: <www.iom.int/countries/sweden/facts-and-figures>. Acesso em: 01 mar. 2016.

IPU, 2016. Disponível em: <www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010116.htm>. Acesso em: 08.03.2016.

LANGFORD, Malcolm; SCHAFFER, Johan. Karlsson. **The Nordic human rights paradox: Moving beyond exceptionalism.**, 4 Set. 2014. Faculty Of Law, Chr. Michelsen Institute (cmi); Pluricourts Centre Of Excellence, University Of Oslo - Norwegian Centre For Human Rights, Oslo, 2015. Disponível em: <ssrn.com/abstract=2275905>. Acesso em: 12 out. 2015.

LINKLATER, A. **Civilizations and International Society**. 3 maio, 2013. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2013/05/03/civilizations-and-international-society/>>. Acesso em: 16 Jul 2015.

Ministry for Foreign Affairs – Government Offices of Sweden. **Swedish Foreign Service Action Plan for Feminist Foreign Policy 2015–2018**. Disponível em: <www.government.se/information-material/2015/12/swedish-foreign-service-action-plan-for-feminist-foreign-policy-20152018-including-focus-areas-for-2016/>. Acesso em: 24 jan. 2016.

MOURITZEN, Hans. The Nordic Model as a Foreign Policy Instrument: Its Rise and Fall*. **Journal of Peace Research**, v. 32, p. 9-21, 1995.

MOZAFFARI, Mehdi. The transformationalist perspective and the rise of a global standard of civilization. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 1, p. 247-264, 2001.

_____. Globalization, civilizations and world order: a world-constructivist approach. In: MOZAFFARI, Mehdi. **Globalization and civilizations**. Londres: Routledge, 2002. Cap. 2. p. 24-50.

OECD, 2016. Disponível em: < www.oecd.org/about/>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. OECD Development Co-operation Peer Review – Sweden 2013. The Development Assistance Committee, OECD. Disponível em: <www.oecd.org/dac/peerreviews/>. Acesso em: 24 jan. 2016.

_____. **OECD Peer Review – Sweden 2013**. Disponível em: <www.oecd.org/dac/peer-reviews/sweden-peer-review-2013.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.

OPEN Aid, 2016. Disponível em: <openaid.se/>. Acessado em: 08 fev. 2016.

PATEMAN, C. **The Disorder of Women**. Londres: Polity Press, 1989.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. New York, USA. 2014.

REUS-SMIT, Christian. Struggles for Individual Rights and the Expansion of the International System. **International Organization**, v. 65, n. 2, p. 207-242, 2011.

ROSAMOND, A. B. Protection beyond Borders: Gender Cosmopolitanism and Co-constitutive Obligation. **Global Society**, v. 27, p. 319-336, 2013.

SIIM, Birte. The Scandinavian Welfare States - Towards Sexual Equality or a New Kind of Male Domination? **Acta Sociologica**, v. 3/4, p. 255-270, 1987.

SOCIAL Progressive Imperative. Disponível em: <www.socialprogressimperative.org/about/faq>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SVENSSON, Sofia. Gender Equality in Sweden's Policy for Global Development - Postcolonial perspectives on gender, culture and development discourse. Linköpings Universitet. Linköpings, SE. 2005. Disponível em: <www.ep.liu.se/exjobb/ituf/>. Acesso em: 27/09/2015.

Ministry for Foreign Affairs – Government Offices of Sweden. Swedish Foreign Service Action Plan for Feminist Foreign Policy 2015–2018. Disponível em: <www.government.se/information-material/2015/12/swedish-foreign-service-action-plan-for-feminist-foreign-policy-20152018-including-focus-areas-for-2016/>. Acesso em 24 jan. 2016.

TOWNS, Ann. Paradoxes of (In)Equality - Something is Rotten in the Gender Equal State of Sweden. **Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association**, v. 37, n. 2, p. 157-179, 2002.

TOWNS, Ann. The Status of Women as a Standard of 'Civilization'. **European Journal of International Relations**, v. 15, n. 4, p. 681-706, 2009.

TOWNS, Ann E. Carrying the Load of Civilisation: The Status of Women and Challenged Hierarchies. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 42, n. 3, p. 595-613, 2014.

TOWNS, Ann; KARLSSON, Erika; EYRE, Joshua. The equality conundrum: Gender and nation in the ideology of the Sweden Democrats. **PartyPolitics**, v. 20, n. 2, p. 237-247, 2014.

TRÄGÅRDH, Lars. Sweden and the EU: welfare state nationalism and the spectre of "Europe". In: HANSEN, L.; WÆVER, O. (eds.). **European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States**. Londres: Routledge, p. 130-181, 2002.

UN Migration. Disponível em: <www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/wallchart2013.pdf> . Acesso em: 29 fev. 2016.

WÆVER, O. Nordic nostalgia: Northern Europe after the Cold War. **International Affairs**, v. 68, p. 77-102, Jan 1992.